



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 670/91

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lajinha, Para o Exercício Financeiro de 1992.

O Prefeito Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais: faço Saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento do Município de Lajinha para o exercício financeiro de 1992, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei e que estima a Receita em Cr\$ 3.000.000.000,00(três bilhões de cruzeiros) e fixa a despesa em igual importância.

Art. 2º - A receita será realizada mediante arrecadação de Tributos, rendas e outras receitas de forma da Legislação em vigor, observado o seguinte desdobramento:

1.0 – Receitas Correntes		1.703.300.000,00
1.1 – Receita Tributária	44.220.000,00	
1.3 – Receita Patrimonial	1.000.000,00	
1.5 – Receita Industrial	200.000,00	
1.6 – Receita de Serviços	4.000.000,00	
1.7 – Transferências Correntes	1.647.100.000,00	
1.9 – Outras Receitas Correntes	6.800.000,00	
2.0 – Receitas de Capital		1.296.700.000,00
2.1 – Operações de Crédito	729.000.000,00	
2.2 – Alienação de Bens	2.000.000,00	
2.4 - Transferências de Capital	565.600.000,00	
2.5 – Outras Receitas de Capital	100.000,00	

Total da Receita Estimada		3.000.000.000,00
---------------------------	--	------------------

Art. 3º - a Despesa será realizada de acordo, com a programação estabelecida nos quadros anexos, distribuída por órgãos da administração, e conforme o seguinte desdobramento:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

a) Despesas por Órgãos

01 – Gabinete e Secretaria da Câmara Municipal	225.000.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	325.000.000,00
03 – Secretaria Geral da prefeitura	19.000.000,00
04 – Serviço de Finanças	138.700.000,00
05 – Serviço de Educação e Cultura	581.200.000,00
06 – Serviço de A. Social e Ação Comunitária	52.700.000,00
07 – Serviços Urbanos	557.000.000,00
08 – Serviços de Obras Públicas	227.400.000,00
09 – Serviço Municipal de Estradas de Rodagens	823.500.000,00
Total	3.000.000.000,00

b) Despesas por funções Programáticas:

01 – Legislativa	225.000.000,00
02 – Judiciária	5.000.000,00
03 – Administração e Planejamento	166.200.000,00
04 – Agricultura	62.800.000,00
05 – Comunicação	18.100.000,00
06 – Defesa Nacional e Segurança Pública	4.400.000,00
07 – Desenvolvimento Regional	1.000.000,00
08 – Educação e Cultura	581.200.000,00
09 – Energia e Recursos Minerais	60.000.000,00
10 – Habitação e Urbanismo	434.400.000,00
11 – Indústria Comércio e Serviços	11.000.000,00
13 – Saúde e Saneamento	507.400.000,00
15 – Assistência e Previdência	98.800.000,00
16 – Transporte	824.700.000,00
Total	3.000.000.000,00

c) Despesas de Categoria Econômica

3.0 – Despesas Correntes	1.287.200.000,00
3.1 – Despesas de Custeio	754.800.000,00
3.2 – Transferências Correntes	532.400.000,00
4.0 – Despesas de Capital	1.712.800.000,00
4.1 – Investimentos	1.642.400.000,00
4.2 – Inversões Financeiras	2.000.000,00
4.3 – Transferências de Capital	68.400.000,00
Total	3.000.000.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 4º - A aplicação dos recursos discriminados no artigo 3º, far-se-á de acordo com a programação estabelecida para as Unidades Orçamentárias, aprovada nos anexos componentes da presente Lei.

Art. 5º - Durante a execução orçamentária, fica o Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 80%(oitenta por cento) da despesa ficada nesta Lei, para reforçar dotações que se tornarem insuficientes, podendo para tanto:

- a) anular parcela ou totalmente, dotações orçamentárias, conforme disposto no item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64;
- b) utilizar o excesso de arrecadação apurado na forma de parágrafo 3º do artigo da Lei Federal nº 4.320/64;
- c) utilizar o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do parágrafo 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º - Fica o Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite das Despesas de Capital, conforme o previsto no inciso III, do artigo 167 da Constituição Federal, bem como dentro das normas em vigor.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor a partir de 01 de janeiro de 1992.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lajinha, estado de Minas Gerais, aos vinte dias do mês de novembro do ano de mil e Novecentos e noventa e um(20/11/1991)

Paulo Cezar Hastenreiter Portes
Presidente